

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 e 28 de novembro de 2007

Niterói, 29 de fevereiro de 2008

Sr. José Vitor Vieira Bissonho Júnior  
MD Presidente da CLIN – Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói

Sr. Presidente:

Os representantes da Prefeitura Municipal de Niterói, através da CLIN – Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói, Rede Brasileira de Habitação Saudável, do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, da ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz, do CREA-RJ e do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio de Janeiro, se reuniram no dia 18.02.2008 e 10.03.2008 para discutir o Relatório Final do I Seminário de Sustentabilidade Urbana do Leste Fluminense, realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2007 em Niterói.

Conforme deliberado pela comissão organizadora do Seminário, as propostas foram consubstanciadas na “Carta de Sustentabilidade do Leste Fluminense”, cujo conteúdo, votado na plenária final do seminário, reafirmando compromisso com a Gestão Democrática da Cidade, foi sistematizado no documento final.

Foram criados 4 grupos de trabalho, coordenados pelo Diretor de Planejamento da CLIN, Luis Fernando Valverde, para tratar dos seguintes temas:

- Questões gerais de Sustentabilidade urbana (mesa de abertura): Simone Cynamon (ENSP)/ Beth Boechat (ENSP)/ Jorge Luis Andrade da Silva (CREA RJ)
- Recursos Hídricos (mesas 1 e 4): Alexandre Pessoa Dias (ENSP)/ Cláudia Thaumaturgo (ENSP)
- Eficiência energética (mesas 2 e 5): Marcelo Perret (IAB)/ Marta Alencar (IAB)/ Carlos Krykthine (SMUC)/
- Resíduos sólidos (mesas 3 e 6): Walter Castro (CLIN)/ Marcello Figueredo (CLIN)/ Márcia Moyses (ENSP)/ Débora Cynamon (ENSP)

As propostas foram classificadas de acordo com o seu conteúdo:

- planejamento e gestão local e consorciada
- aplicação de normas e tecnologias existentes
- disseminação de boas práticas
- propostas de normatização, certificação e legislação
- participação e controle social
- informação, ensino e pesquisa (monitoramento de impactos e situações emergenciais)

Com a consolidação da Carta de Sustentabilidade do Leste Fluminense nossa comissão da por encerradas as suas atividades e entrega para V. S<sup>a</sup> o documento final, para encaminhamento ao Exmo. Prefeito de Niterói e demais autoridades do Conleste, representadas pelo seu presidente Prefeito Cosme Salles.

Em nome da Comissão Organizadora reitero o nosso reconhecimento pela brilhante iniciativa de V. Sa. Em discutir tão importantes temas através de um debate democrático, altamente qualificado pelo nível dos seus participantes.

**Luis Fernando Valverde**  
**Diretor de Planejamento da CLIN**  
**Coordenador da Comissão Organizadora**

**I SEMINÁRIO DE  
SUSTENTABILIDADE URBANA  
DO LESTE FLUMINENSE**

27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2007

**CARTA DE SUSTENTABILIDADE  
DO LESTE FLUMINENSE**

**COM ADVENTO DO COMPERJ**



# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 e 28 DE NOVEMBRO DE 2007

Niterói, 31 de março de 2008

Professor Godofredo Saturnino da Silva Pinto  
MD Prefeito Municipal de Niterói

Exmo. Sr. Prefeito:

A CLIN – Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e as Secretarias Municipais de Urbanismo e Controle Urbano e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em parceria com o Conleste - Consórcio Leste Fluminense e o IAB-RJ - Instituto de Arquitetos do Brasil promoveu o I **Seminário de Sustentabilidade Urbana do Leste Fluminense**, realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2007 na sede da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas que deu total apoio ao evento.

O sucesso do Seminário e a consolidação dos seus resultados somente foram possíveis pela participação ativa dos parceiros e pelo apoio firme da Rede Brasileira de Habitação Saudável, do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, da ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz.

A sustentabilidade ambiental, é um dos objetivos do milênio, e pensada no contexto urbano é o grande desafio do século XXI, já que a região se prepara para receber um empreendimento de enorme impacto em todos os aspectos: o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A criação do Consórcio Leste Fluminense expressa a responsabilidade com a gestão sustentável do território. Este Seminário ampliou o debate entorno dos desafios da sustentabilidade urbana, com o objetivo de traçar estratégias para a implementação de ações de sustentabilidade nos 11 municípios que integram o Conleste.

Os resultados do Seminário foram consubstanciados no documento final, denominado **“Carta de Sustentabilidade do Leste Fluminense”**. Além do tema central, Sustentabilidade Urbana, abordado de forma mais ampla na mesa de abertura, foram abordados 3 eixos temáticos: **Eficiência Energética nas Edificações, Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos e Uso Racional dos Recursos Hídricos.**

Ao encerrar a minha gestão à frente da CLIN tenho a honra de entregar a V. Excia. a Carta de Sustentabilidade do Leste Fluminense para que a mesma possa ser encaminhada ao Presidente do Conleste, Prefeito Cosme Salles, como uma contribuição da sociedade civil e do poder público municipal na construção de um desenvolvimento sustentável e socialmente incluyente nos municípios do Leste Fluminense.

**José Vitor Vieira Bissonho Júnior**  
Presidente da CLIN

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2007

O **I Seminário de Sustentabilidade Urbana do Leste Fluminense** foi organizado pela Prefeitura Municipal de Niterói, através da **CLIN** – Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e das Secretarias Municipais de **Urbanismo e Controle Urbano** e de **Meio Ambiente e Recursos Hídricos**, em parceria com o **Conleste** - Consórcio Leste Fluminense e o **IAB-RJ** - Instituto de Arquitetos do Brasil com o apoio da **Rede Brasileira de Habitação Saudável**, do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, da **ENSP** – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz, e da **Câmara de Dirigentes Lojistas de Niterói**. Seus resultados forma consolidados na Carta de Sustentabilidade do Leste Fluminense

O grande objetivo desta Carta, discutida no âmbito do I seminário de Sustentabilidade Urbana do Leste Fluminense, é apresentar aos municípios que compõem o Consórcio do Leste Fluminense (CONLESTE), as ações norteadoras da atenção, consciência, prevenção, recuperação e promoção de eventos que possam causar impactos sócio-ambientais nesta região em consequência da instalação e futuras atividades relacionadas ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

Mas somando a este momento de superação econômica do nosso Estado, nos ocorre colocar à luz da discussão com as Universidades, Centros de Pesquisas, Redes Municipais, Estaduais e Federais do SUS, Sociedade Civil, enfim cidadãos que buscam contribuir para a elaboração de um Documento que auxiliem as Gestões Municipais, Estaduais e a Petrobrás com critérios de SUSTENTABILIDADE para a área de ação da Petroquímica e seu entorno.

Dentro deste cenário, vislumbramos atitudes e ações que possam contemplar um ambiente integrado com o olhar da Sustentabilidade Urbana, Peri-urbana e Rural, pois são vários ecossistemas que participam ou participarão da área de atuação desta Petroquímica.

Sabemos que esta iniciativa é um grande momento de desenvolvimento econômico para o nosso Estado, Região Sudeste e para o Brasil. Em especial para os Municípios do Leste Fluminense, pois o impacto sócio-ambiental para este conjunto de municípios vai se desenhando desde a terraplanagem, até a primeira atividade desenvolvida por esta empresa. E posteriormente por todo o universo de atuações do cidadão envolvido direta e indiretamente no dia a dia da indústria do petróleo.

Deste modo nossa preocupação passa:

- pelo impacto que os ecossistemas desta região vão sofrer, como atmosfera, bacia hidrográfica, solo, subsolo, águas subterrâneas;
- produção de resíduos sólidos, esgoto sanitário, águas pluviais;
- construção de novas habitações e crescimento urbano em geral;
- sistema SUS tanto da atenção primária em saúde, como de níveis de maiores complexidades;
- sistema SUS relacionado com a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, do Trabalhador, da Vigilância em Saúde Ambiental;

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

927 E 928 DE NOVEMBRO DE 2007

- treinamentos e monitorações de condições adversas ao meio ambiente da região e extensões espaciais em situações de acidentes com petróleo e ou seus derivados.

Enfim é preciso, é urgente e é imediato que os Municípios do Leste Fluminense e o Estado do Rio de Janeiro tenham um conjunto de medidas que contemplem uma nova realidade sócio-ambiental da implantação e implementação do Comperj, incluindo conceitos de sustentabilidade urbana na pauta de discussões, em especial no referente à implantação do COMPERJ, identificando necessidades, problemas e alternativas para cada município.

**O Comperj é um importantíssimo elemento de desenvolvimento econômico no nosso Estado, mas paralelo a este evento, é fundamental que o suporte sócio-ambiental também ocorra!**

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2007

## Uso racional dos recursos hídricos

Relatores: Cláudia Thaumaturgo, Alexandre Pessoa Dias

### **Planejamento e gestão local e consorciada**

1. Proteção aos mananciais através de parcerias entre órgãos municipais, estaduais e concessionárias, com participação da sociedade civil;
2. Criação do Fundo para viabilizar as ações propostas pelos Comitês;
3. Estabelecimento critérios em relação às questões tarifárias associadas a fontes alternativas de recursos hídricos como forma de incentivo a implantação de boas práticas de abastecimento de água, incluindo o fim da cobrança de cotas mínimas de consumo;
4. Implementação de todas as etapas (estruturas, equipamentos, etc.) que compõem os sistemas de saneamento, com destaque para o tratamento das águas residuárias;
5. Promoção por parte do poder público de ações de vigilância sanitária e ambiental, epidemiológica e saúde do trabalhador, com a implantação de rotinas de inspeção sanitária, com destaque às soluções adequadas para cada município;
6. Implantação, implementação e fortalecimento de Vigilância Ambiental, Epidemiológica e laboratórios em saúde.
7. Monitoramento laboratorial das matrizes – águas e efluentes. Implementação de planos de amostragens. Os laboratórios devem comprovar competência técnica;
8. cumprimento das leis: PFSB; Estatuto das Cidades – Lei de Planejamento, PNMA; PNRH, PNEA, Norma de Legislação do SUS;
9. Cumprimento do plano diretor decenal e dos planos diretores de abastecimento de água, esgoto sanitário e de águas pluviais;
10. Priorização dos apresentação dos sistemas separadores absolutos para coleta de esgoto, conforme legislação vigente, condicionando-se a implantação e permanência de sistemas de esgoto sanitário diferentes à apresentação de estudos consistentes e detalhados de avaliação ambiental aprovados pelos órgãos de controle ambiental e à avaliação sistemática de desempenho;
11. Implementação de ações de Educação ambiental em saneamento antes da execução das obras de intervenção e de concessões de implantação;
12. Inclusão dos recursos hídricos advindos das águas subterrâneas na formulação de políticas de recursos hídricos;
13. Cobrança efetiva por parte do Conleste da lei 6.496/77, para que sejam realizadas em todas as fases dos projetos relativos aos profissionais do sistema CREA/CONFEA, as devidas anotações de responsabilidade técnica, definindo assim os responsáveis de cada serviço.
14. Articulação regional das políticas municipais de uso e ocupação do solo através da elaboração de um plano diretor regional de desenvolvimento com a participação do Estado e dos Municípios, contemplando a formulação de políticas setoriais de âmbito regional:
  - a) Elaboração e implementação de planos municipais de saneamento, incluindo um Plano Gestor de Resíduos, Gestão de águas pluviais e Esgotamento sanitário, associado à nova lei de recursos hídricos e cenário do COMPERJ com uma visão integrada da macro-região;
  - b) Elaboração e implementação de um Plano Diretor de Drenagem Urbana do CONLESTE;
  - c) Levantamento das situações de risco ambiental e geotécnico com vistas a elaboração de planos de recuperação ambiental que contemplem os reassentamentos habitacionais;
  - d) Implementação de Planos de desenvolvimento local, com estudo de potencialidades sócio-ambientais da área, que gerem empregos e utilizem os serviços existentes, aproveitando o material e matéria-prima locais, tanto no que se refere aos recursos naturais, como de material humano.

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

927 E 928 DE NOVEMBRO DE 2007

## **Aplicação de normas e tecnologias existentes**

1. Promoção do uso racional da água através de ações como o incentivo ao reúso da água e captação da água da chuva;
2. Adoção de mecanismos de controle pela população sobre o consumo da água, garantindo seus aspectos quantitativos e qualitativos: uso da água de chuva, o reúso;
3. Qualificação das concessionárias para avaliação e liberação das instalações de aproveitamento de águas pluviais, bem como de reúso;
4. Desenvolvimento de diretrizes para reúso e aproveitamento de águas pluviais incentivando nos consumidores o princípio de educação em utilizar materiais que resultem na economia de água como: bacias sanitárias de 6L, válvulas de descargas econômicas, dispositivos redutores de vazão em torneiras e chuveiros e o estímulo na utilização e esclarecimento desses materiais por um órgão competente que possa fiscalizar e exigir o seu funcionamento em novas construções e a manutenção preventiva das instalações prediais. Deve existir a participação dos fabricantes para estudos e criação de novos materiais que facilitem a prática do uso racional de água;
5. Exigência de abordagem tecnológica, de gestão e mobilização social em todos os programas de uso racional de água.

## **Participação e controle social**

1. Incentivo à participação e controle social nas ações de sustentabilidade urbana – participação dos conselhos;
2. Reconhecimento e fortalecimento dos Comitês e Sub comitês de Bacias, em cumprimento à legislação vigente;
3. Criação dos Comitês das Micro bacias;
4. Criação do Conselho Regional das Cidades do Leste Fluminense como instrumento de participação do Conleste;
5. Controle social e fiscalização;
6. Fortalecimento do Comitê de Bacias e dos Comitês de Base;
7. Criação de observatórios locais e regionais, integrados que permitam o monitoramento das políticas setoriais e que subsidiem a sua formulação, com caráter amplo, permeável à participação da Academia, Governos e sociedade civil em geral.

## **Informação, ensino e pesquisa**

1. Fomento à Educação Ambiental em Saneamento através de ações integradas promovidas pelas Fundações Municipais de Educação, a Secretarias Municipais de Meio Ambiente e companhias gestoras saneamento;
2. Incentivos à pesquisa e à aplicação de Tecnologias Sociais Sustentáveis para o tratamento da água e dos efluentes através de parcerias entre órgãos públicos e demais interlocutores e parceiros;
3. Universalização do conceito de Habitação Saudável com a promoção e criação de espaços saudáveis e sustentáveis, incluindo a revisão de alguns critérios do código de obras e de manuais para obras públicas, incorporando estes conceitos.

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2007

## **Eficiência Energética nas Edificações**

Relatores: Carlos Krykthine, Marcelo Perret e Marta Alencar

### **Planejamento e gestão local e consorciada**

1. Extinção dos incentivos aos grandes consumidores de energia, promovendo um realinhamento tarifário;
2. Incorporação nos procedimentos de elaboração, análise e aprovação de projetos de uma nova cultura que valorize os projetos, que tem sempre prazos exíguos, prejudicando-se a qualidade e o conforto ambiental. Isto se aplica também aos projetos com financiamento público. É preciso instituir uma cultura técnica para refinar e sofisticar os projetos;
3. Necessidade de monitoramento do desempenho das edificações;
4. Apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias que promovam a Eficiência Energética, encarada de forma sistêmica que supere as iniciativas isoladas e pontuais, somando-se às mudanças nos hábitos que incentivam a conservação de energia;
5. Promover o desenvolvimento Institucional nas prefeituras, com corpo técnicos permanentes que possam ser capacitados para a formulação adequada de projetos;
6. Instaurar um espaço de debate no âmbito da agenda 21 regional que estabeleça quais são os focos do CONLESTE na busca pela Eficiência Energética ;
7. Estabelecer um monitoramento transversal com o olhar da eficiência energética através de Observatórios locais e regionais, no âmbito do CONLESTE, podendo contar com parceria de entidades profissionais como o IAB ou acadêmicas como a UFF;
8. Avaliação periódica da ocupação dos edifícios para monitorar a Eficiência Energética;
9. Ênfase na gestão da utilização da energia, já que o processo é extremamente importante para a implantação de modelos de Eficiência energética, mais até que a implantação de equipamentos novos mais eficientes.

### **Aplicação de normas e tecnologias existentes**

1. Reafirmação da importância do PROCEL enquanto marco institucional para promoção da Eficiência Energética;
2. Integração entre os órgãos financiadores de empreendimentos públicos (Caixa, Ministério das Cidades, BID) para incorporar a racionalidade energética nos projetos financiados;
3. Adequação da legislação de edificações de modo a acomodar de melhor forma os equipamentos de uso e cogeração e eficiência energética nas edificações (área de vela de insolação, pés-direito compatíveis para acomodação de tanques etc...);
4. Incentivos à incorporação de elementos de Eficiência energética nas edificações (novas ou antigas).

### **Disseminação de boas práticas**

1. Estímulo a projetos que incorporem soluções que promovam a eficiência energética;
2. Valorização do projeto arquitetônico como principal instrumento para que seja incorporada a eficiência energética na edificação já na fase conceitual, mantendo-a em todas as outras etapas da construção e na ocupação desse edifício;
3. Implantação prioritária de mecanismos de eficiência energética pelo poder público nos seus edifícios e nos equipamentos públicos.

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2007

## **Propostas de normatização, certificação e legislação**

1. Incentivo a formulação de normatizações adequadas para a realidade de cada cidade, de modo a evitar a simples cópia de legislação de cidade para cidade ou de modelos de legislação encomendados a instituições que os aplicam a municípios totalmente diversos, tornando-os inadequados à realidade ambiental, cultural e econômica local;
2. Instituição da extrafiscalidade através de lei nacional visando o incentivo à racionalização do consumo energético e dos recursos hídricos;
3. Promover nos projetos do PAC no leste Fluminense a incorporação de Eficiência Energética e nos demais projetos de infra-estrutura.

## **Participação e controle social**

1. Incentivo às mudanças educativas e culturais que nos leve a promover transformações positivas no uso sustentável dos recursos naturais, considerando os desafios trazidos pelo Aquecimento Global;
2. Necessidade de melhorar a habitabilidade nos assentamentos precários, que constituem cada vez mais a regra e não a exceção na produção do espaço urbano, otimizando os recursos disponíveis através de diferentes programas e superar as dificuldades na inserção de programas de Eficiência Energética em comunidades, procurando resolver problemas sociais básicos e garantir uma presença continuada do Estado;
3. Incentivar os serviços autônomos de abastecimento e esgotamento a participar dos programas de capacitação, tais como comunidades de aprendizado promovidas pelo PROCEL para municípios com menos de 30.000 habitantes;
4. Importância da tarifa social ao incorporar faixas de renda que se encontram na informalidade na condição de consumidores de serviços

## **Informação, ensino e pesquisa**

1. Incorporação pelos modelos de financiamento, tarifação e processos licitatórios do paradigma da eficiência energética (hoje há problemas como o da tarifa mínima, a priorização nos custos imediatos, e nos modelos de estímulo);
2. Integração entre concessionárias de serviços públicos de energia e de saneamento na construção de sistemas mais eficientes e que promovam a inclusão sócio-territorial;
3. monitoramento de impactos e situações emergenciais.

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 e 28 DE NOVEMBRO DE 2007

## **Gestão Sustentável dos Resíduos sólidos :**

Relatores: Walter Castro/ Marcello Figueredo/ Márcia Moises/ Débora Cynamon

### **Planejamento e gestão local e consorciada**

1. Enfatizar a importância da coleta seletiva como parte do tripé Coleta Domiciliar – Limpeza de Logradouros- Aterro Sanitário, dimensionando a questão deste último, propiciando a redução de carga e aumento na sua vida útil com a coleta seletiva;
2. Incremento de projetos e programas articulados e fortalecidos de coleta seletiva, integrando as medidas individualizadas de coleta seletiva ou de pequenos incentivos, fortalecendo a responsabilidade compartilhada, através da inclusão de parceiros como indústrias, unidades escolares, condomínios e outros;
3. Apoio à formação nos municípios de recursos humanos permanentes e capacitados para a elaboração de projetos ambiental e financeiramente sustentáveis dando especial atenção a logística nos projetos e programas;

### **Aplicação de normas e tecnologias existentes**

1. Incorporação efetiva dos conhecimentos e informações quanto ao uso de materiais recicláveis e adoção de soluções eco-eficientes
2. Implantação, Implementação e monitoramento da logística reversa (responsabilidade sócio-ambiental das empresas no retorno do material descartável)

### **Disseminação de boas práticas**

1. Estímulo à divulgação de programas de coleta seletiva através de:
2. Realização de parcerias entre diversos atores, propiciando a elaboração e distribuição de folhetos, cartilhas, libretos, fitas de vídeo e outros materiais informativos e educativos;
3. Divulgação de boas-práticas, a exemplo da experiência pioneira do bairro de São Francisco, do Programa dos Eco pontos em Niterói (Ecoclin) e dos programas da TETRAPAC e da ABIVIDROS;
4. Inserção de programas de coleta seletiva nas escolas como estratégia de educação ambiental, seguindo o exemplo da rede escolar de Niterói;
5. Estímulo a formação de pequenas Redes de cooperativas com centrais, defendendo a idéia de Rede propiciando valor agregador ao material coletado.

### **Propostas de normatização, certificação e legislação**

1. Criação de sistemas de coleta seletiva de acordo com as especificidades locais, mas com uma legislação única para todos, que deve ser amplamente discutida, apontando responsabilidades de todos, visando a elaboração e implementação de Planos Municipais de Coleta Seletiva de todos os materiais;
2. Promoção de discussões sobre o Marco Regulatório, em especial para a Política Nacional de Resíduos Sólidos que deve normatizar todas as ações de saneamento básico;
3. Fechamento dos lixões e substituição por Aterros Sanitários;
4. Criação de incentivos fiscais para as empresas recicladoras através da inclusão deste item na legislação pertinente.

# I SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE URBANA DO LESTE FLUMINENSE

27 E 28 DE NOVEMBRO DE 2007

## **Participação e controle social**

1. Maior contribuição do poder público e das empresas no processo de reciclagem, com incentivo à participação efetiva dos diversos atores sociais;
2. Incrementar o diálogo entre gestores municipais e organizações de catadores oportunizando a entrada do grupo no "circuito" dos resíduos sólidos;
3. Participação dos catadores na realização dos Planos de Resíduos Fomento à pró-atividade e solidariedade na atividade dos catadores de materiais recicláveis;
4. Fomento às discussões sobre as políticas de gestão de resíduos sólidos, com participação efetiva nos conselhos específicos, e demais fóruns, contemplando coleta seletiva e a reciclagem no leste fluminense.

## **Informação, ensino e pesquisa (monitoramento de impactos e situações emergenciais)**

1. Estimulo a conscientização sobre a temática da coleta seletiva e da reciclagem por meio da Educação Ambiental propiciando mudanças de práticas, hábitos e atitudes;
2. Apoio às cooperativas de catadores na qualificação e divulgação do seu trabalho e na profissionalização dos seus integrantes;
3. Repasse de informações sobre o processo de reciclagem, tais como as Embalagens de Longa Vida – ELV;
4. combate à reutilização de recipientes de vidro, como garrafas, vidros de perfume sem as condições necessárias de higiene, e proibindo o reuso ou reciclagem de embalagens de agrotóxicos e substâncias contaminantes, tornando obrigatória a informação clara e legível das restrições de uso;
5. Fomentar a Educação Ambiental em todos níveis da educação, de forma transversal conforme prevê a legislação, conscientizando o cidadão de sua responsabilidade sócio ambiental, e promovendo ampla participação dos moradores;
6. Implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS);
7. Monitoramento de impactos e situações emergenciais.